

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## Nicolau Joaquim Moreira e as questões raciais da imigração

KAROLINE CARULA\*

Na segunda metade do século XIX, a abolição era vista como uma certeza próxima. As discussões giravam em torno de qual seria a mão de obra mais adequada para substituir o trabalho escravo, uma das sugestões era o uso de braços estrangeiros. Peter Eisenberg, ao analisar o Congresso Agrícola de 1878, realizado na Corte, afirma que a “opinião geral era a de que a mão-de-obra que faltava à grande lavoura não podia ser recrutada dentro do país, a alternativa lógica era de trazê-la de fora.” (EISENBERG, 1980: 186).<sup>1</sup> A opção pela vinda de imigrantes já estava presente em algumas propostas do início do século, mas apenas em vozes pontuais (SEYFERTH, 2002: 118). No entanto, foi com a lei Eusébio de Queirós, de 1850, que esta proposta começou a se tornar uma tônica.

Celia Azevedo afirma que parte dos intelectuais brasileiros optou pelo imigrantismo por considerar os negros e os mestiços como racialmente inferiores, “incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem antes que as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem” (AZEVEDO 2004: 53). Os imigrantes desejados eram os europeus, pois além de serem brancos, colaborariam com o progresso da nação.

As primeiras práticas imigrantistas em maior escala aconteceram na Província de São Paulo, na década de 1840. Entretanto, até o final dos anos 1860 a imigração ainda era parca, principalmente devido aos relatos que chegavam à Europa sobre as péssimas condições de vida e de trabalho dos imigrantes no Brasil, bem como sua conflituosa relação com os fazendeiros locais, desestimulando sobremaneira aqueles que pretendessem atravessar o Atlântico. Perante tal situação, o médico Luiz Pereira Barreto (1840-1923), em uma série de artigos publicados no jornal *A Província de São Paulo* em 1880, propôs a implementação de políticas que assegurassem condições propícias para a imigração branca europeia. Para Pereira Barreto, os negros, sendo uma

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> O Congresso foi realizado em junho daquele ano, foram convocados pelo Ministro dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas fazendeiros das seguintes províncias: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

raça inferior, haviam determinado a evolução ruim dos brancos brasileiros, por esse motivo era essencial que viessem brancos civilizados para cá (AZEVEDO, 2004: 52-59). Muitos intelectuais compartilhavam essa linha de pensamento, fazendo uso de teorias científicas que determinavam a inferioridade racial dos negros, fundamentavam seus discursos na defesa da vinda de trabalhadores imigrantes brancos. É nesse contexto que, segundo Azevedo, começam a aparecer os primeiros traços da tese do branqueamento. Para que tal projeto se concretizasse, era necessário injetar mais brancos na sociedade brasileira, e isto seria possível via imigração europeia.

Todavia, desde as primeiras discussões sobre o incentivo da imigração branca europeia, outras possibilidades foram debatidas, uma vez que era preciso pensar em opções para a falta de mão de obra. Uma das alternativas defendidas por alguns foi trazer imigrantes chineses.

Em 1814, chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes chineses. Oriundos da colônia portuguesa de Macau, eles vieram como colonos e agricultores para o cultivo de chá no Rio de Janeiro. D. João VI pretendia explorar economicamente a lavoura do chá utilizando técnicas advindas da China, para isso, escolheu o Jardim Botânico, a Ilha do Governador e a Fazenda Imperial como locais de plantio. Contudo, a empreitada fracassou devido ao desinteresse e à falta de experiência desses trabalhadores, às inadequadas condições do solo e do clima, o chá produzido era de qualidade inferior à do mercado, e aos maltratos, que fizeram com que muitos chineses fugissem (DEZEN, 2005).

Antes de 1850 foram poucos aqueles que cogitaram a possibilidade do emprego de braços chineses na lavoura. Segundo Jeffrey Lesser, no final de 1854, o governo brasileiro determinou que seus representantes em Londres trouxessem para cá seis mil imigrantes da China. Entretanto, poucos chineses foram trazidos e o contrato firmado serviu para inflar o debate sobre a utilização de tal mão de obra. Ainda de acordo com o autor, existiam menos de mil chineses no Brasil entre as décadas de 1850 e 1860 (LESSER, 2001: 42, 45).

O incentivo à imigração asiática passou a ocupar certo espaço na pauta de discussão na segunda metade do Oitocentos, e desta vez de maneira bem mais acalorada, com contundentes posicionamentos contra e a favor. No Congresso Agrícola de 1878, por exemplo, as discussões

acerca da possibilidade de incentivo para a imigração asiática foram marcadas por uma divisão de opiniões (EISENBERG, 1980: 189). Havia um ponto de convergência para os fazendeiros que lá se reuniam: a urgência de braços para lavoura. Entretanto, as soluções apontadas eram heterogêneas. Aqueles proprietários queriam garantir a sua produção agrícola lucrativa, isso era o essencial. Ou seja, debates acerca da mão de obra a ser empregada com o fim da escravidão estavam na ordem do dia.

Apesar de a imigração chinesa não ter se efetivado e de ter sido apenas uma sugestão, dentre outras tantas mais centrais, para a substituição de braços na lavoura, analisarei as propostas imigrantistas defendidas pelo médico Nicolau Joaquim Moreira<sup>2</sup> nos cursos públicos<sup>3</sup> de agricultura desenvolvidos no Museu Nacional nas décadas de 1870 e 1880. Para este cientista, a questão da imigração chinesa era um importante tema de discussão e, neste sentido, tratou da mesma em suas apresentações públicas. Nos cursos do Museu Nacional, Moreira expôs muito do que discutia em outros espaços de sociabilidade que frequentava, tais como a Academia Imperial de Medicina e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tendo assumido a direção deste local em 1880.

A Sociedade Auxiliadora nas três últimas décadas imperiais esteve envolvida nas discussões sobre a abolição da escravidão. Como meio de solucionar a ausência de braços na lavoura com o advento da abolição, o grêmio propunha a utilização de maquinário agrícola e o

---

<sup>2</sup> Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, também era conselheiro do Imperador. Foi cirurgião do hospital militar; diretor da seção de botânica e subdiretor do Museu Nacional; e diretor do Jardim Botânico.

<sup>3</sup> Os cursos públicos do Museu Nacional foram inaugurados em 1875, a realização destes cursos servia para ratificar uma das funções desenvolvidas pelo Museu – o ensino da ciência. Os oradores eram os diretores e subdiretores das seções da instituição. Foi somente em 1876, com Ladislau Netto na direção do Museu, que os cursos puderam ser concretizados de maneira mais metódica. O decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876, que reorganizou o Museu Nacional, normatizou a execução dos cursos. Ficou estabelecido que os mesmos deveriam ser públicos e gratuitos; feitos por meio de preleções, oferecidas pelos diretores e subdiretores de seção; ministrados à noite, no mínimo uma vez por semana, entre 1 de março e 31 de outubro. (Decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional. O Regimento Interno do Museu, de 1876, regulamentou a execução dos cursos). Estipulou, no art. 31, que eles tinham de ser expostos “[...] de acordo no método de ensino e na essência de cada matéria [...]”. Isto dava aos preletores a liberdade de apresentar o conteúdo segundo os critérios que considerassem convenientes de acordo com a sua área de conhecimento. Determinou também que as aulas, como eram chamadas essas conferências, deveriam começar às 19 horas, e terminar após uma no máximo uma hora e meia depois. Os resumos dos cursos eram enviados à imprensa, que os anunciava e às vezes publicava a sua sinopse. (Regimento interno do Museu Nacional. 1879. Pasta 18, doc. 9A – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional).

emprego de “métodos científicos” para a melhoria da produção (DOMINGUES, 2001: 94). Nicolau Moreira, membro da Comissão de Química Industrial da Sociedade Auxiliadora, em consonância com esses valores, também fez uso do espaço dos cursos do Museu Nacional para defender tais propostas, que aplicadas ajudariam a diminuir o número de escravos na agricultura. Na interpretação de Moreira, o conhecimento científico promoveria a melhora da qualidade da lavoura, e com isso, a produtividade aumentaria. Para tal, era necessário desenvolver um ensino profissional agrícola que levasse a instrução científica aos lavradores.<sup>4</sup> Em uma preleção de 1877 ele desenvolveu o seguinte raciocínio:

*Aplicando estes princípios racionais a [sic] lavoura do país, conclui o distinto professor, que, infelizmente os nossos proprietários agrícolas, na maior parte, estão longe de conhecer as vantagens que lhes resultaria desta inteligente direção de seus estabelecimentos rurais, em cuja máxima parte nem ao menos existe uma escrituração regular, ignorando por conseguinte o lavrador não somente a soma do capital empregado na sua indústria como também as vantagens que auferir dela podem razoavelmente satisfazer o empate do capital empregado em seu ramo de produção.*

*Não é só a escassez de capitais, diz o Sr. Dr. Nicolau Moreira, como especialmente a falta de conhecimentos profissionais que acusam a inferioridade de nossos produtos e finalmente o seu depreciamento nos grandes mercados.*

[...]

*Querem eles [senhores de terras] obter capitais a todo o custo para comprar mais escravos, e comprarem estes para conseguirem maior soma de produção, afirmam [sic] [de] empenharem-se de novo nessas perigosas transações financeiras.*

*Nasce daqui um círculo vicioso em que se debatem. Em lugar de máquinas, que dispensam os braços e aperfeiçoam o trabalho, ampliam e alargam os elementos do trabalho cativo. Em vez de aumentarem com capitais próprios o desenvolvimento de sua indústria, vão procurá-los com altos prêmios nas mãos dos intermediários e nas arcas dos banqueiros. (Gazeta de Notícias, 25/05/1877)*

A utilização de máquinas agrícolas e a aplicação de conhecimentos científicos no plantio, na análise do pesquisador do Museu, aumentariam os lucros porque proporcionariam uma produção de melhor qualidade e diminuiriam os gastos com a compra de escravos. Lembrando

---

<sup>4</sup> A defesa de Moreira com relação ao ensino agrícola lhe rendeu, em 1883, um convite do ministro da agricultura para que ele organizasse um projeto, em nível nacional, para a criação de escolas de agricultura (LIMA, 2005: 69).

aqui que Nicolau Moreira estava inserido na luta abolicionista, então, para convencer os senhores escravocratas dos prejuízos da utilização de mão de obra cativa, ele não fez uso de argumentos humanitários, mas sim econômicos. Provavelmente por saber que estes seriam mais bem aceitos, e talvez até melhor compreendidos, pela camada senhorial. É possível também que para Moreira esse fosse o real motivo de ser contrário à escravidão, uma vez que creditava a ela o atraso do país.

Era comum a reclamação, principalmente entre os que defendiam a continuidade da escravidão ou a necessidade de um tempo maior até a definitiva abolição, da falta de braços na lavoura (AZEVEDO, 2004).<sup>5</sup> Nicolau Moreira refutava tal argumento:

*Surpreende ouvir constantemente proclamar-se como causa do descalabro de nossa lavoura a insuficiência de braços, quando realmente não existe tal deficiência, como se comprova quer com escritos de autoridades competentes no assunto, com as observações dos fatos, quer estudando as leis de economia rural, relativamente ao desenvolvimento da extensão da lavoura e da quantidade de produtos.*

*É hábito de todos os países escravagistas e daqueles em que não existe a organização do trabalho, o gritarem por falta de braços; entretanto são esses mesmos países que mais depropositadamente empregam os braços que possuem (MOREIRA, 1879: 123).*

Alguns argumentavam que a escravidão não poderia acabar porque isso provocaria um colapso na economia do país, especialmente devido à agricultura. Para esses sujeitos, com a abolição, eles ficariam sem mão de obra para trabalhar em seus cultivos. O emprego do ex-escravo como trabalhador assalariado era defendido por pouquíssimos, bem como a utilização dos livres e dos indígenas. Neste sentido, era ampla a defesa da vinda de imigrantes, preferencialmente europeus, como a única solução.

Com relação ao emprego da população livre como mão de obra, era recorrente a afirmação de que essa camada não se adaptaria, ou simplesmente era “preguiçosa”. Na contramão dessas ideias, Nicolau Moreira afirmava que “Os brasileiros não são geralmente indolentes; e, se

---

<sup>5</sup> Tal queixa foi constante no correr do século XIX. Jaime Rodrigues, ao analisar as discussões em torno do fim do tráfico transatlântico de escravos, assevera que este era um argumento muito utilizado por aqueles que eram contrários à proibição deste comércio (RODRIGUES, 2009).

eles fogem do trabalho, sobretudo rural, é pela presença do escravo que avilta a indústria e pela insignificante cotação de um labor apreciado muito abaixo do colono estrangeiro.” (MOREIRA, 1879: 126). Na interpretação do pesquisador do Museu, as condições existentes é que afugentavam os nacionais de se dedicarem ao trabalho agrícola. Neste sentido, Eisenberg assevera que os fazendeiros, presentes no Congresso Agrícola, favoráveis à utilização “do trabalhador livre nacional afirmaram que este vivia na ociosidade, estando desempregado ou subempregado, e por isso podia ser melhor aproveitado pela grande lavoura.” (EISENBERG, 1980: 180). Posicionamento semelhante ao sustentado por Moreira, que não só era a favor da utilização de braços nacionais na lavoura, como também do emprego dos libertos:

*Não me persuado também que a nossa escravatura, mais bem tratada do que a das colônias, ao raiar o sol de sua liberdade, desampare o trabalho e se entregue à vagabundagem, e muito principalmente se aproveitando as lições da experiência procurarmos retê-la por meio de oportunas concessões (MOREIRA, 1870: 43).*

Ao defender que após a liberdade os ex-cativos trabalhariam satisfatoriamente na lavoura, Moreira estava em dissonância com aqueles que argumentavam que o liberto se entregaria à vagabundagem. Para ele, como o escravo era bem tratado, era natural que após ser liberto não tivesse problema algum em trabalhar para o seu ex-senhor.

Mesmo considerando essas possibilidades de utilização de mão de obra, Moreira não se furtou a defender a imigração europeia branca, que, acima de tudo, promoveria um melhoramento racial para o país. Porém, ela não deveria ser encarada como a única alternativa para a questão e nem ser dispendiosa para o Estado. Então, Moreira assim apresentou o assunto em sua conferência:

*O problema da emigração e colonização é complexo, porque ele se relaciona não só com as condições do país para onde se dirige o êxodo como também com as circunstâncias excepcionais donde saem os emigrantes, e como, em vez de se examinar o problema em todas as suas partes, limitamo-nos a encará-lo debaixo de um único ponto de vista – o suprimento de braços à grande propriedade – não se tem até hoje obtido uma solução favorável aos interesses do país, e apenas concorrido para esgotar dos cofres públicos, o enriquecimento de alguns indivíduos e o descrédito do país. (MOREIRA, 1879: 122).*

O último quesito provavelmente era decorrente do ocorrido nas colônias alemãs do sul, nas quais os imigrantes permaneceram cerrados nos valores e hábitos culturais de seu país de origem. Ao ressaltar que as condições de origem do imigrante deveriam ser consideradas, Nicolau Moreira certamente estava analisando a questão por meio de uma ótica higienista. Ele era médico e membro da Academia Imperial de Medicina, onde a imigração era debatida e compreendida pelo viés higienista. Para o cientista do Museu, o imigrante ideal era o saudável, racialmente favorável ao Brasil e que estivesse disposto a adotar a nova nação como pátria.

*[...] como as questões de imigração e colonização implicam com o estudo das influências telúricas e climatéricas, modificações por cruzamentos, transmissões hereditárias, etc., compreende-se sem esforço a necessidade de invocar para a resolução de tais problemas a ciência médica, única autoridade competente nestas matérias e, tanto assim é, senhores, que neste momento discute a Academia Imperial de Medicina – quais as raças cuja imigração convém favorecer no Brasil debaixo do ponto de vista médico e antropológico e qual deve ser a sua distribuição nos variados climas brasileiros (MOREIRA, 1870: 9).*

Portanto, nas discussões acerca da imigração, quem daria a palavra final era o médico, que por meio de uma abordagem higienista analisaria todas as variáveis e daria o parecer sobre qual seria a melhor raça para trazer para o Brasil. Os debates em torno da imigração aconteciam em várias esferas da sociedade, no entanto, para Moreira, somente as proposições pautadas no discurso médico científico poderiam ser acatadas como corretas e verdadeiras.

Para Nicolau Moreira, o clima tropical não era impedimento para o imigrante europeu, cabia aos médicos determinar em qual região brasileira ele melhor se adaptaria. Contra aqueles que colocavam como empecilho o clima tropical para a vinda de imigrantes europeus, o cientista do Museu era enfático:

*Dizem: o colono europeu não pode prestar os serviços que reclamamos, porque o Brasil por sua posição geográfica, acha-se influenciado por uma excessiva temperatura.*

*Entretanto foi o europeu quem descobriu o Brasil, e roteou o seu solo nele domiciliando-se, e não o africano, o índio ou o chinês (MOREIRA, 1880: 79).*

Ao tratar da questão do aclimatação do imigrante europeu, Moreira acabou hierarquizando os povos, colocando o branco europeu acima do africano, do índio e do chinês, uma vez que ele desbravou e cultivou a terra. Interessante que ele rebaixou o índio, que já vivia aqui e estava acostumado às altas temperaturas, porque ele não havia lavrado a terra. Isso indica que o fundamental não era a adaptação climática em si, mas sim lidar com a terra de acordo com o sistema ocidental, no caso, europeu.

Na concepção de Moreira, o governo deveria “dispensar sua influência moral” aos imigrantes, garantindo as “condições de estabilidade no solo brasileiro”, que seriam a doação de terras, “liberdade de ensino, de associação, de consciência etc., e grande naturalização” (MOREIRA, 1879: 123). Com relação a essas “condições” deve-se destacar a liberdade religiosa, que trazia a reboque a institucionalização do casamento civil e a construção de cemitérios laicos. Muitos dos imigrantes europeus desejados eram protestantes, o que lhes causava vários impedimentos e transtornos locais devido ao catolicismo oficial. Neste sentido, Moreira afirmava que os europeus preferiam se dirigir para os Estados Unidos porque lá encontrariam a liberdade inexistente no Brasil (MOREIRA, 1880: 79).

O imigrante almejado por Nicolau Moreira era o europeu que viesse para o Brasil voluntariamente. Entretanto, isso só aconteceria quando houvesse “liberdade de culto, igualdade de direitos civis, garantias municipais e políticas, extinção da escravatura e nobilitação do trabalho pelo emprego do operário livre” (MOREIRA, 1877: 26). Além dos direitos civis e religiosos, o cientista argumentava que era necessária uma mudança de mentalidade, que só viria com a abolição. A modificação se daria na medida em que, com o fim da escravidão, implantar-se-ia o trabalho assalariado, que, a partir de então, deveria ser valorizado pela população. O enaltecimento do operário estimularia o imigrante estrangeiro a vir espontaneamente para o Brasil. Ou seja, na sua interpretação, a existência da escravidão impedia que a sociedade valorizasse o trabalho.

Na abordagem de Nicolau Moreira, a antropologia fornecia um arcabouço teórico importantíssimo para a análise da questão da imigração, conforme ressaltou em uma conferência proferida no Museu Nacional:

*A emigração e a colonização são sujeitas às leis naturais, que as constituem uma ciência de aplicação, e se faz necessário para que a emigração seja proveitosa que o emigrante possua a maior soma possível de qualidades físicas, intelectuais e morais; se o segundo ato da emigração a – colonização – tem por caráter principal a fixação do imigrante no solo que escolhera para por em atividade as suas faculdades, e da fixação do imigrante no solo nasce a indeclinável necessidade do cruzamento dos indivíduos estrangeiros com os nacionais, e finalmente, se o cruzamento das raças, sem a seleção deteriora o produto, limita a progênie, altera as faculdades físicas e intelectuais, como não pedir a antropologia e a etnologia os preceitos, ou regras as verdadeiras bases de uma valiosa emigração? (MOREIRA, 1891: 2).*

O papel da antropologia seria, portanto, estipular se a entrada de um determinado imigrante seria racialmente favorável ao país. As qualidades físicas que Nicolau Moreira se referiu estavam relacionadas à cor da pele do imigrante, que deveria ser branca para colaborar no embranquecimento da nação. Os atributos “intelectuais e morais” também deveriam ser aqueles vinculados aos brancos, haja vista que Moreira era terminantemente contrário à vinda de imigrantes chineses e nunca sequer mencionou a possibilidade da entrada de negros.

No tocante à “valiosa emigração”, o cientista estava de certo pensando naquela que não seria tão valiosa assim, no caso a imigração chinesa. Em resposta àqueles que defendiam a entrada de imigrantes da China, ele levantou sua voz na Sociedade Auxiliadora, na Academia de Medicina e nos cursos públicos do Museu Nacional. Era comum, no discurso dos adeptos da imigração chinesa destacar que se tratava de um povo que tinha facilidade para a agricultura, aceitava trabalhar mediante baixos salários e não possuía a predisposição de se fixar no país, logo voltaria para o seu local de origem, garantindo a não miscigenação (LIMA, 2005; DEZEM, 2005).

Acerca da imigração chinesa, em outra conferência proferida no Museu, Nicolau Moreira salientou que o assunto dessa mão de obra já havia sido demasiadamente tratado. De fato, na década de 1870 os debates em torno da imigração chinesa foram intensos. No Congresso Agrícola, realizado em julho de 1878, para analisar possíveis soluções para os problemas que enfrentava a lavoura cafeeira, duas questões nortearam as discussões: o crédito agrícola e a escassez de braços. Foram travadas disputas entre os contrários e os favoráveis à vinda de

imigrantes *chins*. A celeuma adentrou no ano seguinte, na chamada “Questão Chinesa”, iniciada na Província de São Paulo, quando o deputado Ulhôa Cintra apresentou seu projeto, na Assembleia, acerca da introdução do trabalhador chinês na lavoura. As ideias propostas se propagaram ao serem colocadas em pauta na Câmara dos Deputados. Nos debates parlamentares, Joaquim Nabuco, que já havia se posicionado contrário à introdução dos *chins* durante o Congresso Agrícola, acusou o conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, então ministro da Agricultura e Obras Públicas, de querer “mongolizar” o Brasil, isto indica que a problemática estava pautada em proposições de cunho racial (DEZEM, 2005).

Porém, apesar de considerar esgotada a discussão, um mês após o Congresso, Nicolau Moreira reiterava que era contrário à colonização asiática porque: “1º, que era impossível reenviar os coolies depois de terminados seus contratos; 2º, que o meio de transição entre trabalho escravo e o trabalho livre era o mais desmoralizador possível, pois o chinês é inferior ao escravo.” (MOREIRA, 1878: 228). É possível constatar que na hierarquização estipulada por Moreira os chineses estariam classificados como inferiores aos negros, não posso afirmar se racialmente ou apenas em termos de produção do trabalho, provavelmente até em ambos os aspectos.

Aqui Moreira estava dialogando diretamente com os argumentos daqueles que defendiam a entrada de imigrantes chineses no Brasil. Para estes, tal mão de obra seria utilizada como transitória, isto é, só seriam empregados esses imigrantes até que chegassem os europeus e, então, os *chins* seriam enviados de volta para a China. No Congresso Agrícola de 1878, este posicionamento foi proposto pelo governo e por uma comissão de agricultores de São Paulo.<sup>6</sup> Outro argumento, utilizado pelos que advogavam a favor da imigração asiática no Congresso, era que os *chins* não se enraizavam no país e, por isso, não despertariam um problema racial em termos de miscigenação (DEZEM, 2005). Os que defendiam a imigração chinesa estavam, na prática, pensando em termos econômicos, uma vez que os esses asiáticos trabalhariam por uma remuneração muito inferior àquela paga aos europeus.

---

<sup>6</sup> De acordo com Eisenberg, vários fazendeiros do Vale do Paraíba apoiaram a opção da imigração chinesa, e a oposição à utilização desta mão de obra partiu de representantes de quase todas as regiões presentes no Congresso (EISENBERG, 1980: 191).

Moreira assegurava que seria difícil o reenvio do chinês, destacando que na Califórnia eles não conseguiram tal feito, conforme havia observado em sua viagem. O cientista do Museu fora enviado pelo governo para participar da comissão brasileira na Exposição da Filadélfia, em 1876, quando também lhe foi solicitado a elaboração de um relatório acerca das políticas imigratórias nos Estados Unidos. Neste país, assim como em Cuba e no Caribe, ocorreram debates sobre a imigração *chim*, com a presença de discursos racialmente contrários ao chinês, mas nem por isso esses locais deixaram de utilizá-los como mão de obra. No Brasil ela não se efetivou não pela ação do discurso racista, mas sim pela distância que aumentava os custos do transporte quando comparada a esses outros locais. Aos fazendeiros interessava substituir os escravos por uma mão de obra barata. Sobre a imigração nos Estados Unidos, Moreira afirmou:

*Em S. Francisco da Califórnia, senhores, existem para mais de 15,000 chins, em geral estúpidos e empregando-se muitos deles na importação de moças para a vida devassa e dissoluta. O pequeno número de mulheres chinesas que se transporta para a Califórnia entregou-se à prostituição. Até 1851 eram poucas as Madalenas, d' ai por diante, porém, enlevadas pelos lucros, aumentaram extraordinariamente por meio da emigração clandestina. Também é a parte da população mais indecente e cínica que habita S. Francisco. (MOREIRA, 1870: 30).*

Classificou os chineses como “estúpidos”, “indecentes” e cínicos, além de incitadores da prostituição. Os adjetivos empregados eram depreciativos e sinalizavam para a inferioridade dos asiáticos. As poucas mulheres que emigravam, de acordo com o pesquisador do Museu, tornavam-se prostitutas, inclusive, muitas entravam no país clandestinamente apenas por saberem que ganhariam dinheiro com esta atividade. Desta maneira, concluía que se o Brasil trouxesse imigrantes *chins* o nível de prostituição aumentaria. A estratégia de Moreira aqui era despertar o medo, colaborando para uma repulsa à imigração chinesa.

Para aqueles que asseguravam que os chineses não se miscigenariam com a população brasileira, Nicolau Moreira respondia que dentre os *chins* há “algumas centenas de homens para o pequeno de mulheres, é bem claro que estes indivíduos virão contrair aliança entre nós com grave prejuízo de nossa geração futura.” (MOREIRA, 1878: 228). Este era um dos argumentos utilizados por quem era contrário à imigração chinesa. Assim, o pesquisador evidenciou que a

questão racial era primordial para considerar a entrada de asiáticos no país, haja vista que eram uma raça inferior e, com isso, trariam prejuízos à nação.

Um dos pontos apresentados pelo pesquisador do Museu para desacreditar a vinda de imigrantes chineses era que ocorreria a substituição da escravidão negra pela asiática: “não se trata da substituição de trabalho escravo pelo trabalho livre e inteligente e sim da transformação de uma escravatura africana com todos os seus defeitos por uma outra mongólica com todos os seus vícios” (MOREIRA, 1870: 4). Como os *chins* aceitavam trabalhar por salários muito baixos, na prática, acabariam sendo um outro tipo de escravos.

A fim de provar os danos causados pela miscigenação chinesa, Nicolau Moreira citou a Rússia como exemplo:

*Os estudos sobre a raça mongólica datam de longo tempo. [...] muitos autores querem mesmo que o atraso que se nota na civilização de parte do povo russo, seja devido ao seu entrelaçamento com a raça mongólica, em geral servil, traiçoeira, cruel e tenaz em seus costumes a ponto de não admitir perfeição ulterior* (MOREIRA, 1870: 11).

Em sua interpretação, o atraso russo era consequência da mestiçagem que lá ocorreu com os chineses. Nicolau Moreira novamente utilizou a estratégia de criar temor para defender suas ideias, afinal, se o Brasil viabilizasse a entrada em massa de imigrantes chineses estaria fadado ao fracasso. Em um momento que fervorosos discursos e projetos eram feitos em prol do progresso e da civilização, fazer esse tipo de ameaça era providencial. Afinal de contas, a última coisa que os segmentos dirigentes e dominantes queriam era o atraso do país. Portanto, Moreira foi muito perspicaz ao fazer uso de um argumento que sabia que tocava profundamente tanto aqueles que eram pró como os que eram contra a imigração chinesa. Ainda na esteira do desenvolvimento, Moreira ressaltou que a China era uma “*petrificação colossal*, nas palavras do Sr. Carné, não nos oferece nem pelo lado moral nem pelo lado científico e industrial essa maravilhosa perspectiva” (MOREIRA, 1870: 24). Ou seja, como seria possível confiar em trabalhadores cujo país de origem era o exemplo do retardo.

Para Nicolau Moreira, os chineses eram “imorais” e possuíam “costumes inveterados”, sendo a religião a única força que poderia lutar contra tais atributos. Interessante ressaltar que esse tipo de problema não existia com os imigrantes alemães, pois não eram “imorais”, além de

serem cristãos. Entretanto, o cientista do Museu alegou que os chineses, assim como os indianos, eram uma das raças mais “difíceis de converter-se ao cristianismo”:

*[...] raça caída na ignorância e na abjeção, são os mais incapazes de dar a razão das crenças que professam e que o único sentimento elevado que se encontra nos chineses é o respeito à memória daqueles que já não existem, isto porém de modo que se torna prejudicial à saúde pública (MOREIRA, 1870: 19).*

O discurso higienista se fez presente aí. Segundo Moreira, o fato de não serem cristãos, de dificilmente se converterem ao cristianismo, e, acima de tudo, de venerarem a memória de seus entes mortos eram motivos para os chineses serem considerados prejudiciais à saúde pública.

Além de moralmente, os chineses também foram representados como fisicamente inferiores:

*A fisiologia nos mostra a influencia da alimentação em relação ao vigor do corpo e estado de saúde individual. Não é possível que um indiático que se nutre com tâmaras, e um chim que absorve por dia quantidades enormes de arroz apresente o vigor de musculatura e essa imunidade de que goza o europeu que se alimenta de carne indo mesmo alguns autores ao ponto de admitirem com Virey que o europeu que vive de trigo, alimento substancial e azotado e fruto de uma cultura aperfeiçoada, não se curva tanto ao despotismo de um senhor como o asiático que se nutre de arroz, alimento proteico, único resultado possível de uma sociedade retrógrada ou estacionária (MOREIRA, 1870: 27).*

A defesa da vinda de imigrantes chineses para o Brasil só se sustentava porque eles trabalhariam nas lavouras, principalmente de café, que estavam carentes de braços. Contudo, para Moreira, isso não seria rentável porque a produção chinesa seria muito inferior, uma vez que eram fracos e franzinos, devido a seu tipo de alimentação. O hábito alimentar dos chineses seria consequência da incapacidade em produzir outro tipo de alimento de “cultura aperfeiçoada”. Isto é, já que o país era atrasado ele não conseguiria cultivar nada mais elaborado. Ao desenvolver tal argumento, o cientista hierarquizou os povos, classificando os indianos e chineses como inferiores aos europeus, denotando aqui um tratamento racista da questão.

Na interpretação de Nicolau Moreira, ele

*[...] encarava os povos sem distinção de raça, nacionalidade, religião e cor, como única família de irmãos, mas que não podia deixar de reconhecer que algumas nações, por seu isolamento e pela opressão e despotismo de seus chefes, foram decaindo de mais em mais até tocarem a barbária ou o embrutecimento (MOREIRA, 1870: 25).*

O cientista e conferencista do Museu desejava passar a imagem que todos os homens eram iguais, porém alguns foram decaindo ao longo do tempo. Apesar de não se referir à degeneração, era este princípio que estava por de trás de sua fala. A China era uma nação degenerada, e, pelo visto, para ele não havia reversibilidade do processo, estava fadada à barbárie. Ela não era naturalmente inferior, mas se tornou devido aos seus líderes locais e ao seu isolamento, ou seja, se o país não estivesse tão isolado teria tido maior contato com o mundo ocidental que, por sua vez, teria contribuído para evitar a degradação.

Ainda no intuito de demonstrar a inferioridade chinesa, Moreira afirmou:

*Ora, eu não neguei em tempo algum a sobriedade do chim, que em minha opinião toca à nojenta avareza [...]*

*Também sempre reconheci a paciência e a docilidade do chim sob a influência do policial e do bambu, sendo estas qualidades de que eles se revestem em tal grau, que me obrigam a colocá-los abaixo do escravo africano ou crioulo (MOREIRA, 1880: 81).*

A sobriedade e paciência orientais, apresentadas pelos defensores da imigração chinesa como positiva, eram desprezadas por Moreira. Para ele, essas qualidades seriam apenas dissimulações, que só seriam visíveis por meio de pressão. Concluiu, portanto, que o chinês era inferior ao africano, porque estes não tinham tais atributos. Demonstrar a inferioridade racial chinesa foi uma de suas bandeiras na Academia Imperial de Medicina, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e nos cursos públicos do Museu Nacional.

Enfim, é possível inferir que, a proximidade do término da escravidão fez com que intelectuais debatesses sobre alternativas para a mão de obra cativa. O imigrantismo, para muitos, apareceu como a melhor solução para a falta de braços na lavoura. O imigrante branco europeu era o mais desejado, pois além de resolver o problema da mão de obra, embranqueceria o país. A questão do embranquecimento foi fulcral no discurso de Nicolau Moreira, que lutou veementemente contra os que defendiam a vinda de imigrantes chineses para o Brasil. Mesmo sendo minoritários, no bojo de todas as propostas para a substituição de braços na lavoura, os

debates sobre os *chins* eram cruciais para Moreira. A discussão para ele girava em torno de questões raciais.

Os cursos públicos do Museu Nacional eram espaços nos quais a temática da raça era debatida e construída. As discussões acerca dos lugares sociais aconteciam em diversas esferas da sociedade, uma vez que estavam inseridas em questões mais amplas de projetos modernizadores para a nação. No vasto debate que se estabeleceu, preletores, como Nicolau Joaquim Moreira, entraram com uma postura pedagógica, indicando quais seriam os caminhos corretos para branquear o país, para tratar a escravidão, e o vocabulário por eles utilizado foi o da raça. E se não saíram vitoriosos em suas propostas, conseguiram estabelecer um discurso racial que influenciou as décadas seguintes.

### Fontes

*Gazeta de Notícias*, 25/05/1877.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Agricultura. Curso publico no Museu Nacional. Preleção do Dr. Nicolau Moreira, em 14 de agosto de 1878. *O Auxiliador da Industria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, out. 1878.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Imigração (Extracto de uma conferencia feita pelo Dr. Nicolau Moreira no Museu Nacional em 1883). *O Auxiliador da Industria Nacional*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. LIX, n. 1, jan. 1891.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Agricultura. 2ª Preleção de Dr. Nicolau Moreira Museu Nacional. *O Auxiliador da Industria Nacional*, Rio de Janeiro: Typographia de Eduardo & Henrique Laemmert, v. XLVII, n. 6, jun. 1879.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Questão. Convirá ao Brasil a importação de colonos Chins?* 2o. Discurso pronunciado na sessão da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional em 17 de Novembro de 1870. Discutindo-se o parecer da secção de colonisação e estatística. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.

MOREIRA, Nicolau. Questão chinesa. Preleção no Museu Nacional em 1879. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro: Typographia de Eduardo & Henrique Laemmert, v. XLVIII, n. 1, abril 1880.

MOREIRA, Nicoláo Joaquim. *Relatorio sobre a imigração nos Estados-Unidos da América*. Apresentado ao Ex. Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Dr. Nicoláo Joaquim Moreira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Celia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as ciências naturais no Brasil Império. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 83-110.

EISENBERG, Peter L. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980, p. 167-194.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

17

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.